

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

JOÃO VITOR DOS REIS ARAÚJO

**A REINSERÇÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO NA DINÂMICA GLOBAL DA
(RE)PRODUÇÃO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO**

UBERLÂNDIA-MG

2021

JOÃO VITOR DOS REIS ARAÚJO

**A REINSERÇÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO NA DINÂMICA GLOBAL DA
(RE)PRODUÇÃO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como um dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Gláucia Carvalho Gomes

UBERLÂNDIA-MG

2021

JOÃO VITOR DOS REIS ARAÚJO

**A REINSERÇÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO NA DINÂMICA GLOBAL DA
(RE)PRODUÇÃO CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA DO ESPAÇO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como um dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Gláucia Carvalho Gomes

Aprovado com média _____.

Uberlândia, _____ de _____ de 2021.

Banca Examinadora:

Profa. Orientadora: Dra. Gláucia Carvalho Gomes (IG/UFU)

Prof. Avaliador: Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira (IG/UFU)

Prof. Avaliador: Dr. Túlio Barbosa (IG/UFU)

UBERLÂNDIA-MG

2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, que todos os dias me abençoa com vida e saúde para realizar meus objetivos. À minha família que sempre deu suporte à minha jornada educacional. À minha orientadora e professora Gláucia, que desde o primeiro dia me inspirou com ideias, sugestões, melhorias, correções e mais do que tudo: me guiou na elaboração deste trabalho por meio de um olhar geográfico excepcional que somente ela poderia ser capaz de oferecer.

"Nós sempre nos definimos pela capacidade de superar o impossível".

Joseph Cooper; Interestelar, 2014.

RESUMO

Para melhor compreender a atual realidade e os possíveis papéis a serem exercidos pela mesorregião do Triângulo Mineiro na contemporaneidade, o presente trabalho propõe uma análise regional do objeto de estudo, através de uma perspectiva histórico-geográfica. Com o levantamento de dados e informações encontradas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Fundação João Pinheiro (FJP), na Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (FECOMÉRCIO-MG) e no Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), apresenta-se uma discussão a respeito da suposta vocação da região para o agronegócio e como isso tem gerado consequências positivas e negativas nas conjunturas socioambiental, política e econômica, influenciadas a partir desse pressuposto. Há na mesorregião a presença de movimentos sociais que afrontam as imposições comandadas pela reprodução capitalista do espaço, que não mede esforços para o acúmulo desenfreado de capital. De um lado, há o agronegócio que explora os recursos socioambientais que o Triângulo Mineiro pode oferecer, do outro, os movimentos que lutam por um modo de vida e produção mais humano, visando o bem-estar socioambiental. O trabalho propõe como conclusão o estabelecimento de práticas mais conscientes de (re)produção do capital no Triângulo Mineiro de modo que haja a coexistência daqueles que lutam por acesso e direito à terra e uma vida mais digna e em harmonia com o meio ambiente, junto aqueles que visam o Triângulo como uma potência regional-global.

Palavras-chave: Triângulo Mineiro. Região. Formação regional. Agronegócio. Reprodução capitalista.

ABSTRACT

To better understand the current reality and the possible roles to be played by the Triângulo Mineiro mesoregion in contemporaneity, this paper proposes a regional analysis of the object of study, through a historical-geographic perspective. With the survey of data and information found at the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the João Pinheiro Foundation (FJP), the Federation of Commerce of Goods, Services and Tourism of the State of Minas Gerais (FECOMÉRCIO-MG) and the Data Bank of Struggle for Land (DATALUTA), a discussion is presented about the supposed vocation of the region for agribusiness and how this has generated positive and negative consequences in the socio-environmental, political and economic situations, influenced by this assumption. There is in the mesoregion the presence of social movements that affront the impositions commanded by the capitalist reproduction of space, which spares no effort for the unbridled accumulation of capital. On the one hand, there is agribusiness that exploits the socio-environmental resources that the Triângulo Mineiro can offer, on the other, movements that fight for a more humane way of life and production, aiming at socio-environmental well-being. The work proposes as a conclusion the establishment of more conscious practices of capital (re)production in the Triângulo Mineiro for the coexistence of those who struggle for access and the right to land and a more dignified life in harmony with the environment, together with those who see the Triângulo as a regional-global power.

Keywords: Triângulo Mineiro. Region. Regional formation. Agribusiness. Capitalist reproduction.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Comparativo populacional	13
Gráfico 2 – Participação do PIB a preços correntes por gênero de atividade - 2014	14
Gráfico 3 – Percentual do total geral de área plantada na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG).....	31
Mapa 1 – Minas Gerais: mesorregiões do IBGE em 1990.....	28

LISTA DE SIGLAS

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra

FECOMÉRCIO-MG – Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais

FJP – Fundação João Pinheiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1: UMA REFLEXÃO SOBRE REGIÃO E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL	16
CAPÍTULO 2: BREVE RESGATE HISTÓRICO-GEOGRÁFICO SOBRE A REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO.....	27
2.1. A formação da região do Triângulo Mineiro em perspectiva histórico-geográfica...	30
2.2. A vinculação do Triângulo ao território mineiro	34
2.3. A região do Triângulo Mineiro no final do século XIX e no século XX.....	35
CAPÍTULO 3: A REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO NO SÉCULO XXI.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, tem-se como objetivo compreender a reinserção da região do Triângulo Mineiro na dinâmica global contemporânea da (re)produção capitalista do espaço, considerando, sob a perspectiva histórica, a formação social e espacial da região.

Na realização dessa pesquisa adotou-se como fio condutor da reflexão a análise sobre a categoria Região e o conceito de formação socioespacial, considerando-os em sua potência explicativa para compreensão desse processo. Além desses, também foram considerados outras categorias e conceitos, tais como rede, lugar, território, que contribuíram para a composição do referencial teórico da reflexão proposta.

Inicialmente, ressalta-se que não é objetivo nesse trabalho desenvolver reflexão acerca das categorias e conceitos da Geografia anteriormente citados, mas de mobilizá-los como fundamentos para compreensão de como a região do Triângulo Mineiro reinsere-se na dinâmica global da reprodução do espaço contemporânea, buscando-se compreender quais são as novas exigências e imposições sobre a região. Para tanto, entende-se como fundamental a consideração acerca dos nexos estabelecidos sobre a região, considerando os sujeitos do lugar, ao mesmo tempo em que também se avalia como relevante as alterações impostas na e pela paisagem, na e pela região, na dinâmica da produção do espaço considerado.

O espaço, tal como aqui é considerado, configura-se como resultante da interação entre sua dimensão física e a ação humana que, ao dele se apropriar, o produz e o reproduz, atribuindo-lhe e ressignificando-lhe sentidos. E nesse processo, ela, a ação humana, também se reproduz. Espaço e Sociedade, são, assim, indissociáveis.

Esse processo – (re)produção do espaço – ocorre de maneira contínua e ininterrupta ao longo da existência humana, o que exige, portanto, que o espaço seja considerado na indissociável relação com o tempo; no desenvolvimento das técnicas de produção que, em conjunto, contribuem para impactar o espaço produzido e em permanente reprodução. Para Milton Santos (2008, p. 30), “o tempo do lugar, o conjunto de temporalidades próprias a cada ponto do espaço, não é dado por uma técnica, tomada isoladamente, mas pelo conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço”, essas técnicas “se efetivam em relações concretas, relações materiais ou não, que as presidem, o que nos conduz sem dificuldade à noção de modo de produção e de relações de produção”. Logo, o espaço e as relações sociais são modificados ao longo do tempo, a partir das mudanças das técnicas de produção, sendo espaço/tempo indissociáveis entre si.

Nesse processo, de (re)produção do espaço, paisagem, lugar, local e redes, se relacionam de maneira integrada, estruturada e articulada, produzindo, juntos, a forma visível do espaço, como produtos e reprodutores das ações sociais que o produzem, constituindo-o como resultado dinâmico da formação socioespacial. O que atribui à forma espacial, também o conteúdo que a sustenta. Conteúdo que, nem sempre aparente, integra a essência do espaço que, por vezes apropriada, é fragmentada em formas de identidades regionais, atribuindo ou impondo “vocações” regionais. Como, por exemplo, a região do Triângulo Mineiro, que muitas vezes aparece no discurso como “locus” de produção agrícola fundamentada em “tecnologia de ponta”, moldando sua identidade como “região” do e para o agronegócio em escala global. Produção que se deu no tempo e que é, constantemente, reproduzida, conforme se apresentam as demandas impostas pela dinâmica global da reprodução do capital.

Milton Santos (2008, p. 23) definiu espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações e[m] que podemos reconhecer suas categorias analíticas internas”. Sendo que, “entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo”. No diálogo com o autor, podemos considerar o espaço em uma de suas dimensões como a relação objetos-ações e como lugar da produção e reprodução do homem, que desencadeiam transformações da paisagem que resultam, entre outros aspectos, da divisão territorial do trabalho. Divisão que, contemporaneamente, se dá em escala global e que se estrutura na combinação de diferentes unidades regionais para composição de sua “totalidade”. Nesse processo, ao espaço se atribui também a dimensão de lugar – em que as pessoas buscam desenvolver sua vida cotidiana. Mas também de território, posto que o controle do exercício de poder sobre a porção espacial é fundamental para a reprodução da riqueza, seja voltada para a reprodução da vida ou para acumulação ampliada da riqueza. Sob uma forma ou outra, o espaço que abarca as interações de lugar e território, se organiza em arranjos regionais, a partir de “recortes” do todo, que se dão a partir de intencionalidades do ente que se sobrepõe ao processo, atribuindo aos recortes realizados a condição de região.

Região – desde os tempos que antecedem a própria constituição da Geografia como Ciência – traz intrínseca a si, a ideia de identificação de um fragmento de um todo que resulta de uma divisão a partir de um determinado critério que a permite. Paulo César C. Gomes (1995, p. 51) ao discutir sobre a origem do conceito de Região, destaca que os mapas que representavam o Império Romano eram preenchidos por regiões que representavam a extensão espacial do poder central hegemônico. Neles, as regiões do Império Romano eram divididas e motivadas pelo critério do poder. Dos destaques trazidos pelo autor, é possível visualizar como

as noções de divisão e controle ou, divisão para controlar, já se encontra presente nos primórdios da ideia de região. Assim, região pode ser entendida (também, porque não se resume a essa dimensão), sob a perspectiva geográfica, como uma parcela (fragmento) de um território maior; dividida em razão de determinadas características semelhantes a partir de determinado critério; que resulta da necessidade de divisão desse território maior em partes menores, conforme os objetivos que motivaram a divisão regional.

A Geografia, ao assumir e desenvolver a região em sua dimensão conceitual, atribuiu a ela uma (não necessariamente revelada) dimensão de exercício de poder sobre determinada parcela do território, de forma que esse pudesse melhor responder à demanda que se coloca para o todo. Portanto, não há como afastar da região a ideia de organização do território para determinada finalidade, o que exige, como inverso indissociável à fragmentação, as redes, como elementos de integração do espaço/território (re)organizado sob determinado critério.

A respeito dos processos organizacionais espaciais, do qual a região é parte importante, Leila Christina Dias (1995, p. 147) afirma que “todos esses processos para serem viabilizados implicaram estratégias, principalmente estratégias de circulação e de comunicação [...]”, o que pressupõe a organização do território, que se dá, por vezes, também, na forma de arranjos regionais. Ainda segundo a autora, são essas “duas faces da mobilidade que pressupõem a existência de redes, uma forma singular de organização. [...], A rede aparece como instrumento que viabiliza exatamente essas duas estratégias: circular e comunicar”. Assim, por um lado a organização do espaço pressupõe o “fracionamento” a partir de determinadas características/intencionalidades. Por outro, pressupõe a integração, por meio das redes que se estabelecem no território.

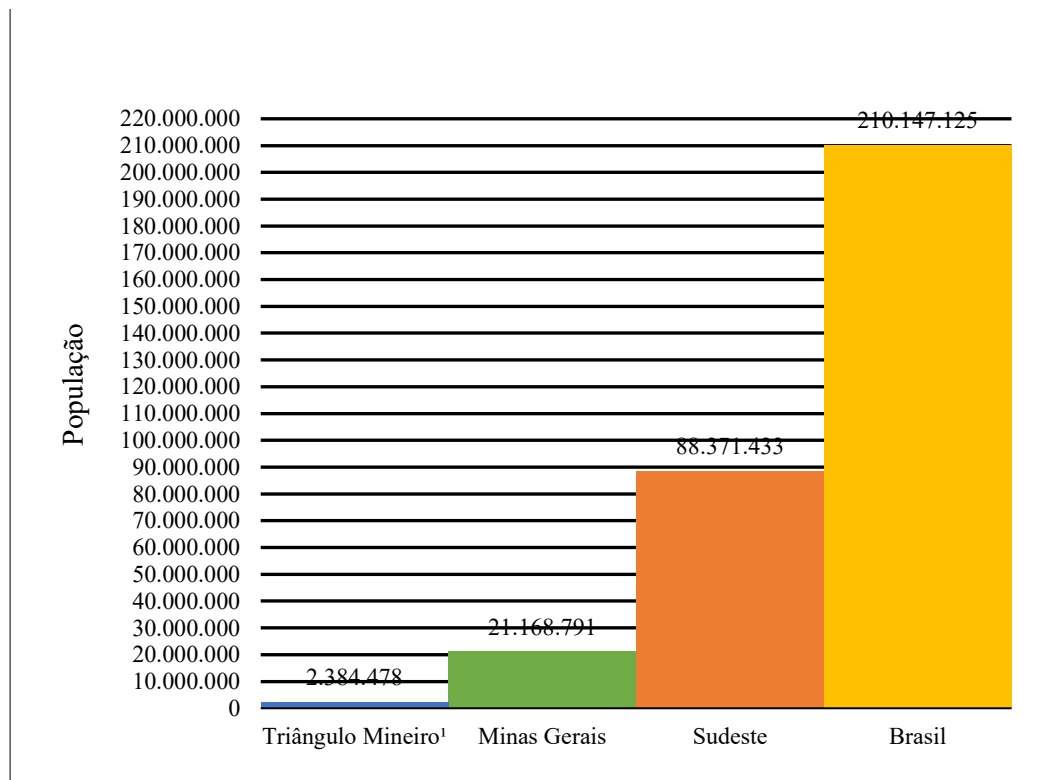
Foi nesse sentido que consideramos que, para melhor compreender a região do Triângulo Mineiro, torna-se necessário a consideração da categoria Região. Contudo, considerando-a em sua relação com o Território e Redes. Reflexão que será desenvolvida adiante e que, juntamente com a consideração do processo de formação socioespacial, constituem o capítulo um desse trabalho de conclusão de curso.

Conforme já indicado, o objeto de estudo desse trabalho de conclusão de curso é a região do Triângulo Mineiro. Considerando os aspectos físicos territoriais, uma divisão possível e que qualifica essa região é a administrativa, que a define como região situada entre os rios Paranaíba e Grande, sendo composta por sessenta e seis municípios. Ainda sob esse critério, destaca-se que ela integra o conjunto de dez mesorregiões do estado de Minas Gerais sendo, por sua vez, subdividida em sete microrregiões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018).

Segundo Lourenço (2005), a região do Triângulo Mineiro surgiu em 1725, tendo sido integrada à Minas Gerais em 1816, processo que será considerado adiante.

Atualmente, o Triângulo Mineiro possui 2.384.478 habitantes em seus sessenta e seis municípios, o que representa 11,26% da população estimada do estado de Minas Gerais e 1,13% da população estimada do Brasil, conforme dados do (IBGE, 2019), apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Comparativo populacional – Triângulo Mineiro, Minas Gerais e Brasil



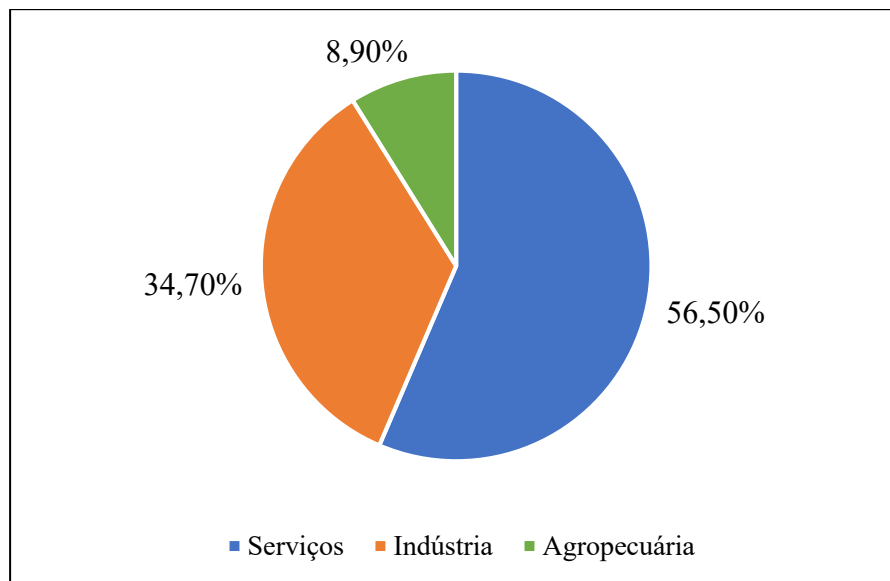
Fonte: IBGE, 2019.

Org.: Araújo, J. V. R., 2021.¹

Quanto às atividades econômicas atuais, segundo dados extraídos do site da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais (FECOMÉRCIO-MG), 2018:

A região do Triângulo responde por cerca de 11,2% do PIB mineiro, cuja distribuição setorial revela a predominância dos serviços (56,5%) em comparação à participação relativa da indústria (34,7%) e da agropecuária (8,9%) (Gráfico 2). A região é também responsável por 8,9% dos empregos formais e 5,8% das exportações totais da economia estadual. Dentre as atividades econômicas desenvolvidas, o destaque fica a cargo da pecuária, da produção e processamento de grãos, do processamento de carne, cigarros, fertilizantes, do processamento de madeira, do reflorestamento e do comércio atacadista.

¹ Para compor a população total do Triângulo Mineiro, foi somada a população de cada cidade da região.

Gráfico 2 – Participação do PIB a preços correntes por gênero de atividade - 2014

Fonte: FECOMÉRCIO-MG, 2018.

Org.: Araújo, J. V. R., 2021.

Considerando os aspectos históricos apresentados por Lourenço (2005) e breve análise dos dados trazidos pela FECOMÉRCIO, minimamente, coloca-se como questão como a região integralizada em 1816 ao território mineiro alcançou tal relevância no âmbito do estado de MG e em contexto nacional. De fato, é possível afirmar que essa região passou por significativas transformações, especialmente nos anos de 1990, quando se consolidou efetivamente o processo de globalização. É nesse contexto que se coloca como objeto de análise como essa região foi (re)inserida na dinâmica global nas três últimas décadas, análise que integra o capítulo três.

Considerando esses elementos, essa pesquisa se justifica na medida em que busca melhor compreender a dinâmica contemporânea da reprodução social do espaço no Brasil, a partir do estudo do fragmento de uma de suas regiões e com isso, melhor compreender a região de estudo. Além disso, essa pesquisa busca associar categorias e conceitos geográficos com dados e informações socioeconômicas, políticas e espaciais da região do Triângulo Mineiro, com o intuito de explicar e compreender sua (re)inserção na dinâmica global de produção e reprodução do espaço contemporâneo. Nosso entendimento é que se o processo de reprodução social do espaço se dá no tempo e de forma ininterrupta, estudos e análises que buscam compreender esse processo contribuem de maneira relevante para a construção do conhecimento.

O objetivo geral – compreender a reinserção do Triângulo Mineiro na dinâmica global contemporânea – subdivide-se em três objetivos específicos: a) desenvolver uma reflexão sobre

Região e formação socioespacial, verificando sua capacidade explicativa da região objeto de estudo; b) produzir um breve resgate da geografia histórica da formação e consolidação do Triângulo Mineiro até os anos de 1990 e c) compreender a região e sua formação socioespacial contemporânea e como esta foi reinserida na dinâmica global nas últimas três décadas.

Como metodologia, fundamentalmente, foi adotada a seleção e revisão bibliográfica, a partir de autores que pesquisaram e produziram estudos do processo sobre região e os conceitos basilares deste trabalho de conclusão de curso. Além disso, foram consideradas pesquisas de instituições de produção e elaboração de dados e estatísticas, tais como IBGE e Fundação João Pinheiro (FJP); pesquisas da FECOMÉRCIO-MG e no Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA); pesquisas em sítios eletrônicos que veiculem informações sobre os aspectos econômicos, políticos, territoriais e sociais da região em estudo. Além dos procedimentos anteriormente, elencados, também foi utilizada análise de gráficos, mapas e dados quantitativos sobre a região.

Assim, a partir do anteriormente exposto, esta pesquisa será composta por três capítulos. No capítulo um será desenvolvida uma reflexão sobre Região e Formação Socioespacial, verificando sua capacidade explicativa da região objeto de estudo para que, a partir de ambas e na relação com outros conceitos seja possível compreender os processos que atuam na região em estudo. No segundo capítulo será feito um breve resgate do processo histórico-geográfico da formação socioespacial do Triângulo Mineiro, considerando o processo histórico geográfico até os anos de 1990. No terceiro, e último, capítulo se buscará compreender as relações contemporâneas entre a região de estudo e a totalidade-mundo inseridas na dinâmica da reprodução capitalista do espaço, nas três últimas décadas.

CAPÍTULO 1: UMA REFLEXÃO SOBRE REGIÃO E FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

Conforme indicado na introdução dessa pesquisa, nesse capítulo buscou-se refletir sobre os conceitos de região e formação socioespacial. Para tanto, foram considerados autores clássicos que desenvolveram os conceitos, bem como artigos publicados em periódicos que os adotaram em seus estudos.

Segundo Paulo César C. Gomes (1995) a palavra região, que embasou o conceito tal como o conhecemos, deriva do latim *regere*, que significava controle. Alguns estudiosos indicam que a palavra surgiu em função da existência de locais distantes da centralidade de seu respectivo reino, na Antiguidade Clássica, e que, apesar da distância, deveriam ser comandados e controlados por este, devido ao fato de estarem na mesma extensão socioespacial, cultural e econômica de domínio.

Ainda de acordo com Gomes (1995), tais regiões, mesmo possuindo certa autonomia, eram demandadas e obrigadas a responderem ao poder hegemônico central. Pode-se afirmar que existia, de fato, uma rede hierarquizada de espaços controlados e administrados pelo poder do Império Romano que, posteriormente, se reconfiguraria pelo controle da Igreja e na forma dos Estados-Modernos sobre esses respectivos espaços. Processo que redefiniria os limites de poder e limites regionais, cujas partes se constituiriam no todo.

Progressivamente, região deixou de significar apenas “domínio sob a administração do poder central” assumindo, também, a condição de representação espacial de soberania, territorialmente delimitada, do poder de seu respectivo Estado, abrangendo todo seu caráter social, cultural, econômico, político e militar. A região tornava-se, assim, uma parte do sistema hierárquico que representa a união frente a qualquer inimigo externo, seja ele comercial, cultural ou militar, no tempo espaço que se conformavam na Europa, os Estados Nacionais, tal como afirma Gomes (1995).

Dessa maneira, é possível afirmar, em diálogo Gomes (1995), que o conceito de região implica na fundação de discussões políticas, culturais, espaciais e econômicas que se relacionam com as noções de autonomia, soberania e direitos.

Mas, região, não traz apenas essas conotações. Além de comportar a designação de porção espacial que representa uma unidade administrativa sob o controle do Estado, também comporta a ideia de determinada característica ou condição que atribui unicidade a um determinado recorte territorial em função de algo que a caracteriza e, ao mesmo tempo a diferencia de outras porções espaciais (ex.: região chuvosa, região de baixa umidade etc.).

(GOMES, 1995). Assim, se o componente de poder, controle e administração são fundamentais ao conceito, também é importante destacar os fundamentos de localização, de espacialização que o conceito comporta. De fato, um dos elementos que enriquece e atribui força ao conceito de região – tornando-o e mantendo-o significativo na e para a geografia – é o fato de o mesmo comportar e acomodar em si essas diversas conotações, atribuindo-lhe densidade e potência dentro do conhecimento geográfico.

L. Gallois, em 1908, citado por Gomes (1995) fomentou a ideia de região natural e sua condição determinante de implicar, desencadear e configurar o desenvolvimento e as ações sociais. Um exemplo citado pelo autor dessa condição determinante seriam as bacias hidrográficas, que seriam delimitadores naturais. A potência anteriormente referida revela-se pelo modo como o conceito possibilita no contexto de seu espaço-tempo compreender determinado fenômeno ou contribuir para o explicar. As noções de recorte; organização; controle e caracterização para delimitação da região contribuíram significativamente para a geografia em sua construção histórica.

Entretanto, o que se observa é que nos primórdios da elaboração conceitual, os aspectos naturais e administrativos, ligados ao controle territorial prevaleceram, juntamente com a ideia determinista de que a natureza determinava o desenvolvimento social. Por exemplo, havia-se a ideia de que, dada a imposição da barreira natural (uma cadeia de montanhas ou um rio de grande dimensão), seria impossível a travessia. Essa perspectiva determinista invocava a concepção de que as diversas sociedades eram moldadas pela natureza, que não apenas as envolvia, mas também as limitava, como se observa nos estudos iniciais sobre a Geografia. Se, por um lado a ideia de região natural foi importante, ao se considerar a concepção anteriormente citada, revela-se sua insuficiência, na medida em que se desconsiderava a racionalidade/capacidade técnica como elemento essencial do processo de reprodução socioespacial. Isso porque, espaço, tempo e técnica – indissociáveis para a compreensão da produção do espaço, concepção que, a posteriori se tornaria importante no desenvolvimento do conceito de região – são, essencialmente, dinâmicos.

A ideia da predominância determinante do natural, aparentemente, cedeu diante do surgimento do possibilismo, expressão forjada por L. Février em 1922, citada por Gomes (2000, p. 55), e ascendeu à ideia de que a sociedade dispunha de alternativas e possibilidades construídas no lidar com a natureza de acordo com seus próprios interesses, a partir do desenvolvimento e aprimoramento de sua condição técnica. Percebe-se como a inserção da noção da técnica constitui-se em importante elemento para a região. Não por acaso, Milton Santos (2008), ao estudar o espaço, o fez considerando o desenvolvimento da técnica no curso

do tempo histórico, uma vez que essa se constitui em elemento de grande impacto na relação sociedade-espço.

Mas, ainda que Fébvre (1922), citado por Gomes (2000, p. 55), em outro momento histórico tenha trazido apenas preliminarmente a importância da técnica no estudo da produção do espaço, já se delineava ali uma característica essencial da região, como conceito: sua permanente construção, que lhe atribui potência e capacidade explicativa sobre a reprodução do espaço. Para Santos (2008) qualquer fração de espaço-tempo revela um conjunto de técnicas, e estas se efetivam em relações concretas, materiais ou não, que influenciam no modo e relações de produção. Não se afirma aqui que a análise de Milton Santos é possibilista. O que se coloca é que, o início dessa discussão “determinismo/possibilismo”, já trazia em si a importância que a técnica de produção teria para a compreensão da reprodução social do espaço, processo que, certamente, contribuiu para a construção teórica de um dos intelectuais mais relevantes do campo geográfico, o que revela a importância da historicidade na construção do pensamento geográficos e seus conceitos.

De acordo com a corrente do possibilismo, seria a sociedade quem moldaria a natureza e seus elementos, não o contrário. Dessa maneira se manifesta o entendimento de região geográfica, em que, para entender determinada região, além de compreender suas características físicas, também se faz necessário entender sua respectiva sociedade, abrangendo sua estrutura populacional, atividades econômicas, políticas e culturais. No entanto, sob o prisma inverso, novamente, se rompe a ideia essencial de interação, como se a relação sociedade-natureza fosse moldada pela imposição e não pela integração indissociável de ambas. Como afirma Gomes (1995, p. 56), no possibilismo, então, seriam “as formas de civilização, a ação humana, os gêneros de vida que devem ser interrogados para compreendermos uma determinada região”.

Entretanto, a progressiva construção do pensamento geográfico deixou claro que não é a natureza que determina a sociedade e nem a sociedade determina a natureza, mas que ambas se influenciam e se reproduzem, mutuamente, se alterando em uma relação indissociável e contínua. E que conceitos como espaço, paisagem, território, lugar e região, ajudariam a compreender esse processo a partir de especificidades e recortes abstratos que, provisoriamente, retiraria fragmentos para melhor compreensão. Mas que deveriam ser, posteriormente, para melhor compreensão, reinseridos nessa dinâmica, permitindo à geografia, como ciência, ampliar sua capacidade explicativa. Por exemplo: regiões de baixa incidência de chuva ou irregularidade hídrica, que nos limites determinados pela natureza não seriam cultiváveis, pela técnica, se tornam, na forma do cultivo irrigado. Porém, tal fato pode impactar na redução de volume de água dos lençóis freáticos, exigindo barragens que alteram fluxos de bacias, que se

reequilibram, trazendo outras consequências ambientais. Procedimento melhor compreensível se retirado o “fragmento” que, analisado em sua especificidade, pode ser melhor compreendido em sua interação com a dinâmica em que está inserido. Não por acaso, progressivamente, à noção de que a região como fragmento para dominar, foi-se construindo a noção de que se fragmenta para melhor compreender o específico, as nuances próprias da região que, reinserida no todo de onde foi retirada, permite melhor entendimento da totalidade, compreendida como maior que a soma das partes.

Foi nesse sentido que ao longo da constituição da geografia como ciência, que região assumiu importante papel para a própria ciência. Em dado período, chegou a ser quase sinônimo de geografia. Embora essa discussão seja bastante rica e importante, ela não será feita aqui, mas pode ser encontrada em estudos de grande densidade, como o realizado por Sandra Lencioni, em *Região e Geografia*. Para os interesses desse Trabalho de Conclusão de Curso, avançamos na compreensão de como o conceito de região foi apropriado, de acordo com a “corrente” de análise geográfica, no debate sociopolítico de construção do conhecimento.

De acordo com os estudos de Sandra Lencioni (2003, p. 100), para a Geografia Tradicional, a região é

um espaço com características físicas e socioculturais homogêneas, fruto de uma história que teceu relações que enraizaram os homens ao território e que particularizou este espaço, fazendo-o distinto dos espaços contínuos, pode ser objetivamente distinguida pela paisagem, e de que os homens tomam consciência dela, à medida que constroem identidades regionais.

Segundo Paulo César C. Gomes (1995, p. 56), várias monografias regionais, trabalhadas pela Geografia Tradicional, com grande ênfase dos estudos regionais, começam pela “descrição das características físicas seguida da descrição da estrutura da população e de suas atividades econômicas”.

Em diálogo com Lencioni (2003) e Gomes (1995), podemos afirmar que a Geografia Tradicional, ao buscar explicar a região, o fazia a partir (e limitada às) das características físicas, sociais e econômicas particulares (frutos de uma formação histórica) de um determinado espaço e que o diferencia de outro, mas sem considerar a interação entre sociedade e natureza, como se estes não fossem influenciados pelas questões sociais e políticas de seu tempo.

Outra característica da geografia desse período foi a “indecisão” sobre se os estudos regionais eram regidos pelos estudos sobre o particular, o excepcional ou se pela busca de leis gerais.

A partir de uma análise que se faz, mais de um século depois, o que se colocava era uma questão de questionamento para a geografia quanto à sua cientificidade, mas não apenas quanto a

método, rigor e metodologia, mas, essencialmente, quanto à sua capacidade de explicar ou contribuir para a compreensão de uma realidade que se modificava em ritmo cada vez mais acelerado.

Entretanto, a resposta da geografia a tais questionamentos foi formal, porque se limitou à forma. Sendo assim, a renovação de sua estrutura teórica-metodológica se deu desconsiderando o contexto histórico e espacial, coisificando as relações e, supostamente, orientada pela busca do rigor científico, buscando leis gerais/universais e a homogeneização de procedimentos, por meio de uma linguagem matemática e lógica, dando origem a uma nova corrente de pensamento geográfico denominada de Nova Geografia, Geografia Quantitativa ou Geografia Teorética.

Lencioni (2003, p. 134), a respeito da Nova Geografia, afirma que “nesse momento, a matemática se apresenta como linguagem, significando que tudo o que é geográfico deva encontrar uma linguagem matemática; por assim dizer, uma expressão matemática”.

De acordo com Gomes (1995, p. 63):

Dentro desta perspectiva surgiram dois tipos fundamentais de regiões: as regiões homogêneas e as regiões funcionais ou polarizadas. As primeiras partem da ideia de que ao selecionarmos variáveis verdadeiramente estruturantes do espaço, os intervalos nas frequências e na magnitude destas variáveis, estatisticamente mensurados, definem espaços mais ou menos homogêneos – regiões isonômicas, isto é, divisões do espaço que correspondem a verdadeiros níveis hierárquicos e significativos da diferenciação espacial.

Quanto às regiões funcionais, a estruturação do espaço não é vista sob o caráter da uniformidade espacial, mais sim nas múltiplas relações que circulam e dão forma a um espaço que é internamente diferenciado. Grande parte desta perspectiva surge com a valorização do papel da cidade como centro de organização espacial. [...] há uma valorização da vida econômica como fundamento destas trocas e destes fluxos, sejam eles de mercadorias, de serviços, de mão de obra etc.

Ou seja, com a ascensão da Geografia Quantitativa, dois tipos de regiões surgiram: as homogêneas, em que são consideradas variáveis fundamentais e estruturante de um espaço para o definir; e as funcionais, em quem são considerados os fluxos de ações humanas, tais como produtos e serviços, por exemplo.

Faz-se importante salientar o fato de que a Nova Geografia serviu ao planejamento regional, intervencionado pelo Estado e pelo capital, assim como afirma Lencioni (2003, p. 135):

[...], a região se tornou um instrumento técnico-operacional, a partir do qual se procurou organizar o espaço. [...] O primeiro (o Estado), como legitimador do segundo, procurou conter o desordenado padrão da produção capitalista,

enquanto o segundo (o capital) buscou ampliar sua base espacial de reprodução.

Entretanto, assim como a Geografia Tradicional, a Nova Geografia também foi questionada, pois foi criticada por se fundamentarem numa suposta neutralidade do conhecimento científico, desconsiderando os conflitos e conteúdos sociais e políticos, considerando apenas as causas e processos espaciais superficiais, como se naturalmente determinados. Dessa maneira, em meados da década de 1960/70, surgiu um movimento crítico, na geografia, o humanista, fortemente influenciado pela fenomenologia, que colocava o indivíduo, sua subjetividade e percepção como elementos importantes do processo. A Geografia humanista, como afirma Lencioni (2003, p. 151),

questionou a ausência da dimensão pessoal e subjetiva presentes na Nova Geografia, assinalando que quando o pesquisador se debruça sobre a realidade o faz imbuído de seus valores, sentimentos e percepções. A intuição, então, passou a ser um elemento constitutivo e importante no processo de conhecimento.

Dessa maneira, o homem voltou a posição central dos estudos, ao ser valorizado seus pensamentos e significados a respeito do espaço, devendo o pesquisador ser participante da pesquisa. O espaço vivido, de acordo com Lencioni (2003, p. 153), “aquele que é construído socialmente a partir da percepção das pessoas”. também se tornou valorizado pela Geografia humanista e teve sua posição ao centro, junto ao homem.

Nessa perspectiva, a região, para a Geografia humanista, de acordo com Lencioni (2003, p. 154), passou a “conceber o homem com seus valores culturais e sociais, procurando superar o reducionismo de muitas análises que o consideram, acima de tudo, um ser econômico ou um dado de uma matriz”. Logo, o ser humano passou a ser valorizado como um ser concebido de sentimentos, ideias, pensamentos e significados e não reduzido a um mero dado quantitativo, como na Nova Geografia. Também é importante destacar que com a Geografia humanista, a região “passou a ser considerada como um produto da história e da cultura”, como afirma Lencioni (2003, p. 154). Ou seja, recuperou-se a historicidade da Geografia. De fato, sob a perspectiva humanista, o conceito de região foi amplamente reformulado. Não significa, porém, que se abdicou das referências anteriormente existentes, mas que estas adquiriam novos sentidos na e pela interação com os indivíduos, recuperando a indissociabilidade necessária à relação natureza-sociedade.

Para Gomes (1995), o humanismo na geografia, resgatou a consciência regional, o sentimento de pertencimento e as mentalidades regionais, revalorizando a região como um espaço vivido. Dessa maneira, o estudo geográfico humanista regional, relativamente, exigia

viver na região para que se alcançasse sua compreensão. Entretanto, ainda que tenha trazido grande contribuição, havia, nos anos de 1960/70, um aspecto essencial sobre o qual a geografia pouco ou nada se manifestava, especialmente a partir de seus estudos regionais: a desigualdade socioespacial e econômica.

A partir dessa lacuna nos estudos regionais (e da geografia em geral), também nos anos de 1960/70 surgiu outra corrente crítica na geografia, denominada Geografia marxista ou radical. Assim como a humanista, a Geografia Marxista também criticou a Geografia Quantitativa de maneira incisiva, ao explicitar que esta “estaria colaborando com a produção de um desenvolvimento espacial desigual” por possuir seus fundamentos na noção de rentabilidade e na noção de mercado, como afirma Gomes (1995, p. 65).

Para a Geografia marxista, o espaço e a regionalização deveriam ser diferenciados pela divisão socioespacial do trabalho. Caso contrário, seria um produto ideológico que visa esconder as verdadeiras contradições das classes sociais em sua luta pelo espaço, como afirma Gomes (1995, p. 65) e acrescenta que “as regionalizações foram então estabelecidas tendo em vista os diferentes padrões de acumulação, o nível de organização das classes sociais, o desenvolvimento espacial desigual etc.”

Segundo Lencioni (2003, p. 164), “a perspectiva geográfica influenciada pelo marxismo, semelhante a outras correntes do pensamento geográfico, concebeu a região como parte de uma totalidade”, porém não uma totalidade lógica ou harmônica, mas, sim, histórica. Ou seja, não poderia ser lógica por não levar em consideração a quantificação e não poderia ser harmônica devido as injustiças e as desigualdades sociais do capitalismo. Para a autora, “essa Geografia se preocupou em estudar o passado com o objetivo de entender o presente”, através da perspectiva histórica.

Dessa forma, a Geografia crítica, tanto a humanista como a marxista/radical, se opõe à Geografia Tradicional e à Geografia Quantitativa, ao criticarem a suposta neutralidade e a desconsideração das questões sociais e consequências ambientais. Tais geografias críticas consideram o homem, os problemas sociais, culturais e ambientais como essenciais ao fazer geografia. A diferença entre ambas é que a humanista considera essas questões pelo viés da subjetividade, por meio dos sentimentos e interpretações dos indivíduos em relação ao mundo, dando ênfase aos aspectos socioculturais. Já para a marxista, compreender a desigualdade socioeconômica capitalista é determinante para as questões sociais, culturais e ambientais do mundo. Para Lencioni (2003), a Geografia marxista, ao contrário da humanista, não entende a região como espaço vivido, mas como espaço da luta de classes, do desenvolvimento e apropriação desigual do espaço para reprodução do capital.

Do debate entre as duas correntes críticas, concordamos com o afastamento da suposta neutralidade. E, de ambas, extraímos a necessária consideração do sujeito em sua individualidade/subjetividade e dos processos de desigualdade socio/econômica/espacial como fundamental ao estudo da região.

A partir do momento que determinada teoria se torna insuficiente para explicar a realidade, faz-se necessário o surgimento de uma nova teoria ou uma reelaboração com potência para compreensão da nova realidade, uma vez que esta é mutável ao decorrer do tempo.

Em seu livro *Para onde vai o pensamento geográfico?* Ruy Moreira (2006, p. 159), destacou a necessidade e a importância de as teorias e os conceitos da geografia anteriormente abordados se renovarem ao decorrer do tempo, ao afirmar que:

[...] a teoria precisa acompanhar a mudança da realidade, ao preço de não mais dela dar conta. Uma vez que muda de conteúdo – já que ele é produto da história, e a história, mudando, muda com ela tudo que produz –, o espaço geográfico muda igualmente de forma. A forma que nele tinha importância principal no passado, já não a tem do mesmo modo e grau na organização no presente.

Para que seja possível compreender a região, se faz necessário conhecer a sociedade e a sua organização espacial, assim como Moreira (2006, p. 159) afirma, pois: “a organização espacial da sociedade é a sua organização regional e ler a sociedade é conhecer suas regionalidades”. É nesse sentido que entendemos que para compreender a região atualmente faz-se necessário considerá-la em sua indissociável relação com os outros conceitos, como rede, uma vez que a atual sociedade e espaço se encontram organizados em rede, como afirmado pelo autor, “A rede global é a forma nova do espaço”.

A rede diz respeito à mobilidade/circulação e à interligação dos espaços, pessoas, objetos e capitais por meio do desenvolvimento das técnicas e dos meios de transporte, comunicação e transmissão de energia, ou seja, um espaço organizado em rede. De acordo com Leila Christina Dias (1995, p. 142), as redes técnicas “permitiram maior velocidade na circulação de bens, de pessoas e informações”. Moreira (2006, p. 162), afirma que “com a organização em rede o espaço fica simultaneamente mais fluido, uma vez que ao tornar livres a população e as coisas para o movimento territorial, a relação em rede elimina as barreiras, abre para que as trocas sociais e econômicas se desloquem de um para outro canto”. Assim, se a regionalização possibilita alcançar o específico e otimizar a extração/inserção de determinada região, a rede possibilita sua reintegração em novo patamar, ao restabelecer a circulação/comunicação.

Devido a alteração da percepção espacial proporcionada pela rede, uma vez que “as distâncias se contraem”, como afirma Dias (1995, p. 142), a contiguidade tem seu valor alterado e as características do espaço em região se renovam, pelo fato de “a contiguidade, condição da região, que sem ela não se constitui, perde o significado de antes” como afirma Moreira (2006, p. 163). Então como se configura a região atualmente? Para Moreira (2006, p. 166),

[...] a região é hoje plano da horizontalidade de cada lugar. Para entrarem em rede de modo organizado, os países lugarizam-se mediante a organização regional. [...] a região virou o lugar da articulação entre os países, visando o concerto de estratégias globais num mercado globalizado.

Ou seja, a região/rede cumpre(m) o papel de interligar os países, e suas respectivas estratégias perante a globalização, através da horizontalidade proporcionada pela região.

Para ilustrar o uso do conceito de região, apresentamos de forma sucinta dois artigos². O primeiro foi publicado em 1979, por Wolfgang Johannes Junk, de título *Recursos hídricos na região amazônica: utilização e preservação*, cujo o trabalho possui insumos da Nova Geografia, trazendo o uso de informações e dados quantitativos para caracterizar os recursos hídricos do sistema fluvial da região amazônica, discutindo o seu aproveitamento e sua preservação, tanto para a situação atual quanto para projetos futuros. Ao final, o autor apresenta uma série de recomendações para o aproveitamento máximo e preservação dos recursos naturais sem destruí-los, tais como intensificação dos estudos limnológicos, ictiológicos e pesqueiros, combinação de projetos de pesquisa com projetos de ensino, acompanhamento de grandes projetos de desenvolvimento técnico e colaboração intensiva entre os órgãos responsáveis.

O segundo foi publicado em 1997, por Leonardo Guimarães Neto, de título *Trajatória econômica de uma região periférica*, que busca esboçar a provável trajetória da região Nordeste, através de uma retomada histórica ao mesmo tempo que tangencia assuntos como as desigualdades regionais do desenvolvimento brasileiro e as relações sociais de produção e de trabalho, o que evidencia uma clara relação com a Geografia marxista. O autor discute ao final o atraso econômico da região Nordeste e sua dificuldade em romper com os limites estreitos, historicamente, estabelecidos, resultado das condições de trabalho espoliativas do passado e presente, marcadas por baixas remunerações e barganhas dos empregadores devido à mão-de-obra abundante; isso somado às dificuldades de acesso à terra. E por fim, salienta seu respectivo esforço em apresentar a transformação e complexificação da moldura interna da economia regional nordestina, que acaba por reconfigurar suas relações com o exterior.

² Ambos os artigos foram pesquisados no site da Scientific Electronic Library Online (SciELO).

O intuito de apresentar dois artigos que fizeram emprego do conceito de região para compreensão de determinada realidade foi de demonstrar que todas “vertentes” trazem possibilidades de análise, sendo que a própria vinculação mais direta a uma ou outra já é indicativo da perspectiva de método que norteia o estudo/análise proposto.

Com o propósito de compreender melhor a região do Triângulo Mineiro, se faz necessário não somente entender a forma das coisas que nela estão, mas também a sua formação, que vai além do ecológico e tange o social somado ao espacial. Para isso, é essencial considerar a categoria de formação socioespacial, proposta por Milton Santos em 1977, no contexto da Geografia crítica radical/marxista.

Elaborada por Karl Marx e Friedrich Engels, Milton Santos (1977, p. 81) a retoma, trazendo-a para a geografia, considerando-a como a

evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base mesma da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta.

Logo, a Formação Econômica Social seria a categoria pela qual é possível compreender a sociedade, através do seu modo de produção, que é ordenado por forças externas e que, por sua vez, transforma o espaço e marca a História no tempo.

Porém, para Santos (1977), não é possível explicar a sociedade levando-se em conta somente os fatores sociais e os de modo de produção como essenciais. Faz-se necessário, então, incluir a estes a categoria espaço, também como essencial, uma vez que, para o autor, “a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial”. Dessa forma, o modo de produção, a formação social e o espaço são três categorias interdependentes, já que o modo de produção é histórico e espacialmente determinado num movimento em conjunto, através de uma formação social, como afirma Santos (1977). Constitui-se, então, a categoria formação socioespacial, elaborada por Milton Santos, se preocupando em trabalhar o espaço geográfico como instância social.

Segundo Santos (1977, p. 87), “as relações entre espaço e formação social [...] se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal como para os modos de produção. Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” e “as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção”. Ou seja, a formação socioespacial se concretiza no particular, através das ordens expedidas pelo modo de produção no geral.

Para compreender o particular, é importante, antes, compreender o geral, a totalidade, pois, como afirma Santos (1977, p. 91), “o dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas este significado não pode ser apreendido senão ao nível da totalidade”.

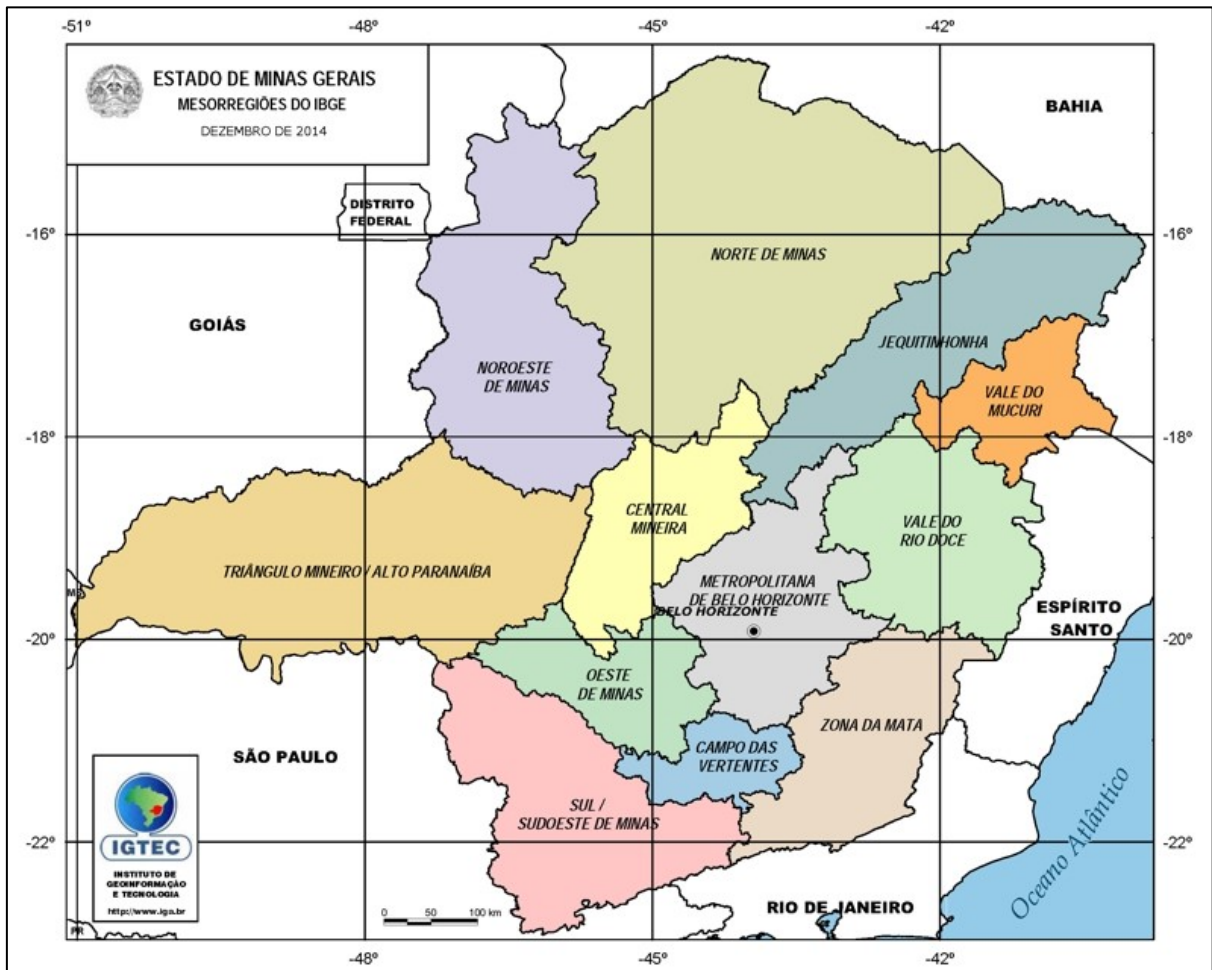
Ao tratar da região por uma perspectiva marxista, Sandra Lencioni (2003, p. 164), resgata Félix Damette, que afirmou que “o objeto da Geografia seria o de analisar a organização espacial dos modos de produção, o que implica a análise das forças produtivas e das relações sociais de produção” somada à necessidade de uma visão histórica nas análises geográficas e regionais. Ou seja, compreender a região seria compreender o espaço e os modos de produção por meio de um viés histórico. A autora dialoga com Milton Santos, informando-nos de sua crítica àqueles que “advogam o fim do território e que discursam sobre o não-lugar e sobre o fim da região, devido ao processo de globalização”. Pois para Santos, como afirma a autora, uma vez que o espaço se torna mundial, as regiões se tornam o “suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam”. Logo, não é possível tratar de região sem tratar do espaço e das relações sociais de produção, uma vez que esses são a base para a existência das relações globais, não sendo a Formação Socioespacial suficiente para compreensão do processo, embora seja elemento importante, juntamente com a região.

A partir da discussão anteriormente apresentada, e nela fundamentada, no capítulo seguinte será feito um breve resgate do processo histórico-geográfico da formação socioespacial do Triângulo Mineiro, considerando o processo histórico geográfico até os anos de 1990.

CAPÍTULO 2: BREVE RESGATE HISTÓRICO-GEOGRÁFICO SOBRE A REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO

As regionalizações oficiais existentes em Minas Gerais foram elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Fundação João Pinheiro (FJP). De acordo com Diniz e Batella (2005), houve, inicialmente, a divisão do estado em Zonas Fisiográficas pelo IBGE em 1941, que foi posteriormente substituída pelas Microrregiões Homogêneas, elaboradas pelo IBGE em 1969. Na sequência, em 1972, ocorreu a divisão do Estado em Regiões Funcionais Urbanas, também pelo IBGE, que antecedeu e subsidiou a divisão do estado em Regiões para Fins de Planejamento, elaborado pela FJP em 1973. Em 1990 o estado de Minas Gerais foi dividido em Meso e Microrregiões Geográficas, também pelo IBGE, na qual o Triângulo Mineiro se constituiu em uma das Mesorregiões (Figura 1) e nela foram contidas sete microrregiões: Ituiutaba, Uberlândia, Patrocínio, Patos de Minas, Frutal, Uberaba, Araxá. É interessante observar que já na década de 1990 as microrregiões já se organizavam e eram identificadas pelas cidades que as polarizavam, o que é indicativo do avanço da urbanização no estado. De fato, nas décadas seguintes, as regiões geográficas assumiriam cada vez mais esse padrão, em que as cidades substituiriam as nomenclaturas até então baseadas em toponímias. Já em 1992, o Estado foi (re)dividido em Regiões de Planejamento pela FJP, quando o Triângulo foi incluso, e em 1996 houve a mais recente divisão regional de Minas Gerais pela FJP, que divide o estado em Regiões Administrativas. A figura a seguir apresenta as mesorregiões elaboradas pelo IBGE, em 1990, quando a região do Triângulo Mineiro foi inserida como uma mesorregião.

Mapa 1 – Minas Gerais: mesorregiões do IBGE em 1990.



Fonte: IBGE, 1990. Elaborado pelo Instituto de Geoinformação e Tecnologia (IGTEC), 2014.

A divisão regional mais atual, apresentada pelo IBGE, foi realizada em 2017, que dividiu o Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. O que outrora se constituía como a região do Triângulo, nesta divisão é composta por três Regiões Geográficas Intermediárias: Uberaba, Uberlândia e parte da de Patos de Minas, sendo que nelas estão incluídas nove Regiões Geográficas Imediatas: Uberaba, Araxá, Frutal, Iturama, Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo, Patos de Minas e Patrocínio. É importante afirmar que a nova Divisão Regional não anula a anterior, pois segundo o IBGE (apud BARROS, 2021, p.16) “é apenas uma nova forma de configuração do território que servirá como base para a divulgação de dados estatísticos oficiais e para a ação do Governo para a implementação de projetos”. Logo, a nova Divisão Regional “vem para incorporar as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no Brasil nas três últimas décadas”, como afirma Barros (2021).

Em seu conjunto, as divisões e redivisões regionais expressam o exercício elaborado pelo Estado para administrar/explorar/gerir seu território partir das potencialidades que este

oferece. As primeiras regionalizações, até os anos de 1970, sustentaram-se a partir dos aspectos fisiográficos, toponímicos, o que reflete a condição do estado e, em grande medida, do país, que se já vivenciava sua progressiva urbanização, ainda se visualizava, em grande medida, suas paisagens “naturais”.

Se as regionalizações iniciais regionalizaram para dizer em que consistia o território e como poderia ser dividido para administrar a partir do que continha, a partir de 1970, há uma clara mudança no ato de regionalizar que, explicitamente, se assume como dividir o território não a partir do que é, mas em vista do que se pretende que ele se constitua, vinculado à totalidade do território nacional. Portanto, como região para subsidiar o planejamento territorial em âmbito nacional. O ato de regionalizar sai da esfera da regionalização orientada pela Região da Geografia Tradicional e ingressa no campo da Região da Geografia Quantitativa, em que a regionalização não se orienta pelo que cada região é, mas pelo o que pode ser e oferecer ao todo organizado e administrado pelo Estado, no ordenamento e gestão nacional do território.

A partir do momento que as regiões resultantes da regionalização são nominadas não mais pela toponímia, mas pelo nome das cidades estruturadoras, isso também é indicador de um território que, não apenas no estado, mas também no país, se orienta pelo ordenamento do território de um Estado/país urbanizado ou cujo ordenamento e “progresso” se orienta pela urbanização e industrialização.

Dessa maneira, levando-se em consideração os estudos elaborados por Diniz e Batella (2005) e Barros (2021), podemos afirmar que a região do Triângulo Mineiro, que, outrora foi considerada uma Mesorregião pelo IBGE, se constitui para este, atualmente, como uma Região Geográfica e uma Região de Planejamento para a FJP, sendo esta condição regional resultado de processos analíticos que levaram em consideração “o processo social, o quadro natural e a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial” (IBGE apud DINIZ; BATELLA, 2005, p. 70). E, sob tal condição, também o intenso processo de modernização urbano-industrial do território brasileiro e mineiro que, ao mesmo tempo que também resultou das regionalizações pretéritas também impactou/impacta regionalizações do presente e futuras, em um processo de organização do território que se retroalimenta. Todavia, em todo o seu percurso, a regionalização se orientou para constituição da região para o planejamento e administração, sendo este, o planejamento, o fundamento para a execução de políticas de intervenção espacial e alocação de recursos disponíveis, visando transformar o território naquilo demandado pelo Estado.

2.1. A formação da região do Triângulo Mineiro em perspectiva histórico-geográfica

A região atualmente conhecida como Triângulo Mineiro localiza-se entre o rio Paranaíba, ao norte, e rio Grande, ao sul, tendo-se constituído em sua origem, como Cerrado indígena, conforme Lourenço (2005). A nomenclatura orientada pela toponímia é reveladora de uma geomorfologia e seu bioma correspondente, bem como dos sujeitos originários desse fragmento territorial, anterior à ação do Estado em seu processo de apoderamento do território para ordená-lo.

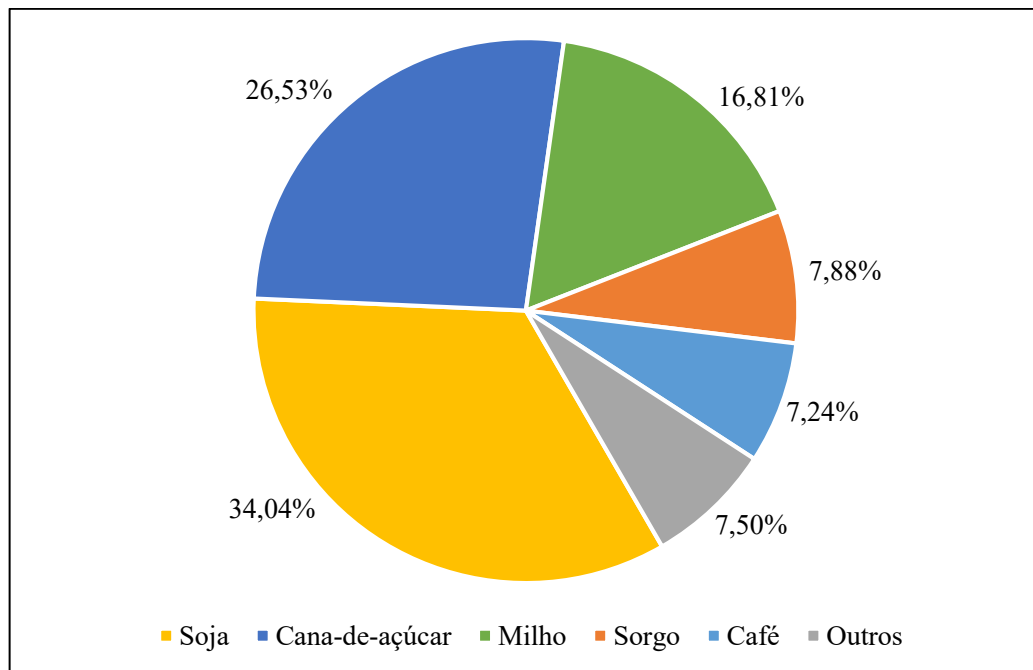
Ainda segundo o autor, havia, na região, a presença marcante de uma “economia agrícola e aldeã, complementada por atividades de caça e coleta”, revelando outros usos e práticas que a futura região do Triângulo já comportara de forma predominante e que, atualmente, existe apenas de maneira residual. De fato, hoje é quase instintivo a associação da região do Triângulo Mineiro à modernização e à produção nos moldes do complexo agroindustrial. No entanto, o resgate de sua história revela outras *geo-grafias* que, se quase apagadas pela geografia modernizante, ainda aparece como residual em fragmentos espaciais não ocupados pela produção agrícola de *commodities*. Esse resgate histórico também é revelador de que a suposta vocação da região do Triângulo para o agronegócio não é, em si, uma vocação, mas a construção histórica e geográfica de uma formação socioespacial que, em outros tempos, comportou outros usos, outras práticas, especialmente voltadas para a reprodução da vida e não para a reprodução da riqueza fundamentada na acumulação. Mas que, no curso da formação socioespacial estruturada na e pela reprodução ampliada dos capitais que atuam na produção do agro como negócio precisam ser apagadas, para que esta possa aparecer como vocacionada ao agronegócio desse de sempre e para sempre.

O chamado agronegócio, como prática produtiva de alta produção e concentração de capital, se estrutura pelo todo, pelo geral e pelo padronizável. Logo, o que escapa a isso não é economicamente viável, sendo, portanto, desinteressante como negócio, pelo menos até o momento em que se encontre formas econômicas rentáveis para sua submissão e constituição de um novo circuito de acumulação. Dessa maneira, nos “espaços residuais” que escampam à sua lógica, se permitem “culturas de fundo de vale,” nos fragmentos e interstícios da região que, ao escaparem aos fragmentos sobre os quais o global tem interesse sobre a região, permite a ela recriar-se, ampliar-se, complexificar-se para além da produção de *commodities*. A região do complexo agroindustrial é, portanto, também região de outros cultivares e culturas, que se revelam em *agriculturas*, quase sempre invisibilizadas nos discursos sobre o lugar. Cultivares que, ampla medida, se ligam ao que já foi o “Cerrado Indígena”, quase que como uma

permanência residual de outro tempo e de outras *geo-grafias* na região atualmente regida pelo tempo da *commodity* e da geografia modernizada.

Para se ter uma melhor compreensão da produção de *commodities* na região, o gráfico a seguir mostra o percentual de área ocupada por esse segmento produtivo, em relação a área total plantada na Mesorregião do Triângulo:

Gráfico 3 – Percentual do total geral de área plantada na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2019.

Org.: Araújo, J. V. R., 2021.

Percebe-se que 92,50% da área plantada na Mesorregião é destinada a apenas cinco *commodities*, sendo eles: soja (34,04%), cana-de-açúcar (26,53%), milho (16,81%), sorgo (7,88%) e café (7,24%). O que nos faz refletir sobre o fato de haver somente 7,50% de área com o plantio de outros produtos, demonstrando haver outros, mas também a falta de incentivo para a produção de produtos que não seguem a lógica do global de produção agroindustrial, desincentivando o pequeno produtor. Pequeno produtor que, muitas vezes, trabalha para oferecer produtos da agricultura familiar e orgânicos de outra qualidade para as feiras hortaliças das cidades da região. Produtos que, embora não destinados à exportação, são estruturais à alimentação, mas que, tal como na área de plantio, na lógica de apoio estatal à atividade agrícola, também aparecem como residuais.

Dessa maneira, é nítida a produção e reprodução da riqueza voltada para a acumulação e concentração da riqueza, através do agronegócio, em contraste com a reprodução da vida na

região. Embora não seja o escopo dessa pesquisa, chama a atenção que mais de 90% do território da região do Triângulo seja destinado à produção de *commodities* no contexto de sua lógica concentrada o que, em amplo sentido, nos ajuda a compreender a reprodução da desigualdade socioeconômica na região. Assim, ao considerarmos a realidade de dois séculos antes e a compararmos com a atual, percebe-se que há mais possibilidades do que essa visão geral da “região como vocação”. O que nos permite dizer que um elemento interessante da região é que, fruto da regionalização, ela permite pensar duplamente o território, numa perspectiva geral, predominante, mas também numa perspectiva detalhada, trazendo especificidades, aquilo que residual, escapa ao planejamento/prática que se orienta pelo pensamento único.

A ocupação *protomoderna* da região teve início há 200 anos, em confronto com os já pré-estabelecidos povos indígenas que integraram o Cerrado Indígena, uma vez que o Oeste não era um “vazio demográfico”, como se afirma na história e geografia oficiais não revisadas. Os indígenas presentes no Triângulo Mineiro eram, principalmente, os caiapós meridionais, “nome que designava grupos do Tronco Macrojê linguisticamente aparentados” (LOURENÇO, 2005, p. 43). Estes, além do Triângulo Mineiro, ocupavam “uma vasta área correspondente aos atuais estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso” (TURNER apud LOURENÇO, 2005, p. 43). E como indica Lourenço (2005), alternavam as atividades de horticultura com caça e a coleta.

Ainda segundo o autor, a presença dos caiapós remontava há 1.000 anos. No período do século XVIII ao XIX, havia dois Cerrados na região: o indígena, dominado por uma economia horticultora e aldeã, com atividade de caça e coleta; e o geralista, com forte presença de uma economia agrícola e pecuarista, que por utilizar e administrar de maneira diferente os recursos do Cerrado, destruiu a presença indígena na região. No final do XIX e na transição para o XX, as sociedades indígenas desapareceram, pois, suas “formas econômicas e sociais eram incompatíveis com os interesses coloniais”, como indica Lourenço (2005).

As nações indígenas, desconsideradas como portadoras de direito, foram arrancadas, junto com a vegetação original e outras riquezas, para dar lugar ao fragmento territorial da “suposta vocação” alardeada. Portanto, na fundação da “região vocacionada” houve o sangue dos povos originários, vitimizados e revitimizados no processo. Primeiro, pela destruição e a expropriação da terra e de suas vidas e culturas. Depois, pelo apagamento, na história e na escrita de sua existência, permitindo se pensar essa região/território sem sua presença e lutas de existência e re-existências... Assim, há dois séculos, se iniciou o embrião da moderna ocupação da região do Triângulo Mineiro, com a chegada do outro, que sempre partiu da premissa de que

os povos originários da terra, ditos “selvagens” não tinham direito a ela e, como integrantes da selva (e, portanto não humanos) poderiam ser removidos da terra e do lugar, para que esta fosse ocupada e modernizada para, dessa maneira, assumir sua vocação.

A partir desse contexto, não é sem razão afirmar que o ocorrido no processo de modernização do Triângulo Mineiro foi, também, um reflexo das tendências europeias frente aos ambientes pré-colombianos, o que rompe com outro mito. É comum pensarmos que a região comandada pelo global é um fenômeno recente. Embora a instantaneidade e efetividade desse comando em tempos atuais sejam bem mais eficazes e visível, se considerarmos as grafias sobre esse território e suas *geo-grafias*, perceberemos que o fato ser menos instantâneo e menos eficaz não o tornou menos efetivo. De fato, a reconstituição histórica da geografia da região nos permite compreender que se trata de um longo e expropriatório processo em curso, que elimina, exclui e marginaliza outros modos de reprodução que não se orientam pela reprodução ampliada da riqueza. Que, por sua vez, já naquele período operava em âmbito global, produzindo a mundialização necessária à sua reprodução/acumulação ampliadas.

É importante ressaltar a relevância dessa discussão, uma vez que se compreende a humanidade e o motivo pelo qual o espaço/região é como é, por meio da compreensão de sua origem antropológica, na qual essa forja e materializa sua essência e realidade ao decorrer do tempo. É relevante porque a região é complexa, e sua origem, formação, cultura e modos de vida vão além daquilo que interessa à reprodução capitalista do espaço em nível global. São, portanto, mais do que se indica por um pensamento único, cuja única direção é a que considera como relevantes as variáveis necessárias à reprodução da riqueza em sua forma capitalista. Todavia, a região do Triângulo, como outras espacialidades, possui uma história mais densa e rica que, somada às suas características geomorfológicas formam sua respectiva geografia, também maior que a que se busca visibilizar em detrimento de outras que a integram. Uma geografia de muitas grafias, que é muito mais rica e cuja tessitura socioespacial é mais densa do que a superficialmente apresentada no *slogan da* “região vocacionada para o agronegócio”.

Sob a perspectiva da modernidade, que é a mesma que considera que a região tenha “vocação” para o agronegócio no contexto global da regionalização, é possível falar que a ocupação da região – mesmo sob a forma modernizada – ocorreu/ocorre há, pelo menos, 200 anos. Todavia, conforme já afirmamos, a região é mais que isso, mais complexa, com mais nuances, com mais possibilidades, com mais histórias, mas grafias, mais geografias. Assim, pode-se considerar que essa região de forma mais rica e complexa, tendo em vista o que havia aqui antes de dois séculos atrás, e, ainda, levando-se em conta outras possibilidades que já foram inscritas na produção da região para além do agronegócio, como a agricultura camponesa, por

exemplo, e que outras experiências que existem, resistem, e lutam para reexistir, ainda que apenas como resíduo.

2.2. A vinculação do Triângulo ao território mineiro

Quase todas as cidades da região do Triângulo surgiram de arraiais fundados até 1850, sendo o início das localizações urbanas que, mais de 150 anos depois, derivariam as atuais Regiões Geográficas do IBGE ou de Planejamento da FJP.

O motivo para o surgimento desses arraiais e corredores na região se deu em função da “expansão a oeste”, inicialmente na busca do ouro e, posteriormente, como projeto de Estado de ocupação do território. Logo, os traçados de vias e as primeiras localizações de povoados são resultado da logística da produção aurífera e do transporte do ouro na região de estudo. E são fatos como esses que, a nosso ver, justificam a perspectiva histórica de compreensão geográfica uma vez que um elemento expoente da modernização como os eixos viários e logística, por exemplo, estão diretamente correlacionados com a geografia histórica, ainda que, atualmente, em seu traçado indique-se caminhos mais otimizados.

Porém, a chamada região do Triângulo Mineiro nem sempre pertenceu às Minas Gerais. Não foi, portanto, desde sempre, mineiro o Triângulo. Essa região consistiu/consiste em uma área de fronteira, que por mais de um século foi local de disputa pelo domínio sobre seu território.

Originalmente, a região se integrou ao território paulista, sendo que, segundo Lourenço (2005), na primeira metade do século XVIII era considerada apenas uma região de passagem entre São Paulo e as minas de Goiás. Em 1748 se tornou uma região goiana, quando foi criada a Capitania de Goiás, por comando de Dom João V, Rei de Portugal (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE GOIÁS, c2021). Em 1816, acabou que por se tornar parte de Minas Gerais através de uma Carta Régia assinada por Dom João VI, como indica Lourenço (2005). O motivo teria sido a petição de fazendeiros de Araxá e Patrocínio, que ansiavam se livrar do domínio da capitania de Goiás devido a interesses mercantis relacionados ao desejo por menos impostos, em razão das rotas mercantis, somado à grande distância entre Araxá e Vila Boa, dificultando processos burocráticos. A decisão régia foi favorável aos fazendeiros provavelmente pela “capacidade de Minas de promover a colonização do Extremo Oeste mineiro, se comparada com Goiás” (LOURENÇO, 2005).

2.3. A região do Triângulo Mineiro no final do século XIX e no século XX

Em 1888, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, criada em 1872 por fazendeiros de Campinas, estendeu seus trilhos até a região do Triângulo, já mineiro, ligando-a “de forma definitiva à economia paulista”, como indica Lourenço (2007, p. 19). Com a chegada dos trilhos da Mogiana, as cidades “estenderam-se” dos rios e córregos até as estações ferroviárias, desencadeando a expansão das áreas urbanas. O motivo para o aumento de investimentos urbanos na região se deu por sua localização que ligava São Paulo a Goiás e o Rio de Janeiro ao Mato Grosso. Com a Mogiana, os limites à dinâmica dos fluxos foram alterados, permitindo às cidades e regiões com acesso a ela se beneficiarem dos ganhos de transporte e locomoção trazidos pela ferrovia, que proporcionava aceleração do tempo dos deslocamentos de transportes, aperfeiçoando o fluxo de mercadorias e maximizando o poder do capitalismo mercantil na região. Segundo Lourenço (2007, p. 154) “a ferrovia estimulou a inserção mais especializada da região na divisão territorial do trabalho”.

Conforme já dito, no início do século XIX, a região do Triângulo possuiu uma agricultura “voltada à subsistência e ao abastecimento regional, com um destaque para o cultivo de milho e algodão” e sua pecuária “consistia numa atividade mais integrada à economia colonial, fornecendo carne para as capitâneas próximas e para a Corte Imperial” (LOURENÇO apud IBGE, 2016, p. 97). Porém, já no final do século XIX e início do século XX, em razão da presença da ferrovia, ocorreram mudanças na economia na região, tais como o:

fortalecimento de uma elite mercantil; investimentos urbanos em indústrias de beneficiamento da produção agrícola; aumento da produtividade das atividades agropecuárias, com a introdução de técnicas científicas e imigração estrangeira, ligada, sobretudo, ao estabelecimento de oficinas e casas comerciais. (LOURENÇO, 2007, p. 20).

De fato, como a pesquisa histórica demonstrou, no final do século XIX, essa alteração já havia alcançado o espaço rural, sendo que se destacava a produção e exportação de derivados de cana, milho, arroz, algodão e uma quantidade relevante de café. Na pecuária houve o seu respectivo aumento devido a “facilidade dos embarques pelos vagões” (LOURENÇO, 2007, p. 249).

Com a decadência da produção da base econômica formadora da região do Triângulo, a produção aurífera, a economia passou a se sustentar na produção agropecuária, comportando, no entanto, ao lado da produção agropecuária comercial também aquela de viés de subsistência. Contudo, rapidamente a produção comercial se fez dominante/expropriatória de outras formas de produção, condição excludente, potencializada pela expansão ferroviária, demonstrando um

crescimento econômico e acumulação de riqueza como principais vetores de ordenamento do território.

Ainda no início do século XX a população era majoritariamente rural, tanto na região do Triângulo como no Brasil como um todo. Nos três principais núcleos urbanos, Uberaba, Araguari e Uberabinha, se encontravam 60% da população urbana da região, como indica Guimarães (2010, p. 91). A respeito da pecuária, o rebanho bovino era predominante na região e que, segundo o autor, era um importante indicador “para dimensionar o poder político dos coronéis da pecuária”. Em relação a agricultura, “os principais produtos agrícolas regionais eram o milho e o arroz, sendo ainda cultivados, em menores escalas, cana-de-açúcar, o feijão e a mandioca” somado ao fato de que “a produção de toda a região era voltada exclusivamente para atender às necessidades do mercado interno brasileiro e, daí, sua dependência dos estímulos da economia de exportação” (GUIMARÃES, 2010, p. 93).

Sobre a indústria, tanto a extrativa quanto a fabril, acompanhavam a rota econômica da ferrovia Mogiana, mesmo com a condição elétrica ainda precária na região e que, por isso, não eram indústrias modernas e sim de processamento de produtos locais, como afirma o autor. Somada à Mogiana, a construção de caminhos e rodovias também foi ocorrendo e o desenvolvimento da malha rodoviária foi crescendo na região.

A partir do diálogo com Lourenço (2005) e, especialmente Eduardo Nunes Guimarães, pode-se dizer que a região do Triângulo Mineiro no início do século XX

era, ao mesmo tempo, uma região exportadora de produtos agropecuários e absorvedora de produtos básicos, como sal, arame, querosene, óleo diesel, armarinhos, etc. (...). É preciso reconhecer neste processo que se trata de uma região onde o capitalismo ainda se encontrava em fase inicial e, portanto, eram produzidos vários bens para o próprio consumo (valores de uso) paralelos à produção de mercadorias. (GUIMARÃES, 2010, p. 96).

Somado a isso é importante destacar o impacto dos movimentos separatistas que ocorreram na primeira metade do século XX na região do Triângulo Mineiro. Embora não tenham se concretizado, eles serviram, essencialmente, para trazerem uma série de benefícios aos municípios contemplados, pois reivindicavam mais atenção e investimentos do estado de Minas Gerais na região, solicitando mais infraestrutura, saneamento básico, serviços públicos de eletricidade e a retomada de obras públicas paralisadas. Também decorrente dessas pressões, a região, ao final da primeira metade do século XX, caracterizava-se, acima de tudo, como uma região agropecuária, “que teve sua inserção mercantil a partir da ligação ferroviária com São Paulo ainda no século XIX”, potenciada pelas rodovias, como afirma Guimarães (2010, p. 116).

Foram, no entanto, as transformações socioespaciais em âmbito nacional que viria a ter impacto definitivo sobre a região. Conforme amplamente estudado pela Geografia, a partir da década de 1930 o Estado brasileiro colocou em prática seu projeto de ocupação e modernização territorial, a “Marcha para Oeste”, projeto que beneficiou a modernização territorial em seu sentido centro-oeste. Foi nesse contexto que ocorreu a mudança da Capital Federal do estado do Rio de Janeiro para o atual Distrito Federal (até então pertencente ao estado de Goiás). Esse fato é relevante porque, para se construir a nova capital, foi necessário a extensão das redes de abastecimento integrando o país em sentido latitudinal, estendendo de leste para oeste redes estruturais e de serviços, para viabilizar a nova capital. E, a região do Triângulo Mineiro, como todas as demais existentes nesse intervalo espacial, foi amplamente beneficiada.

Entretanto, é importante ressaltar que o benefício da região a Oeste das Minas e Centro-Oeste não foi um “efeito colateral” ou algo inesperado. Ao contrário, não é descabido considerar que esse efeito tenha sido um dos motivadores da ação, considerando tratar-se das regiões mais adequadas, em termos geomorfológicos à moderna da produção agroindustrial, sustentada pela indústria, já no contexto da formação do complexo agroindustrial para a produção agrícola no Brasil. A construção de Brasília, bem como os diversos projetos de incentivos para a moderna ocupação agrícola da região soa bastante indicativos dessa intencionalidade.

Com a construção de Brasília, inaugurada como capital do Brasil em 1960, “o espaço geográfico do Triângulo Mineiro passou, de uma vez por todas, a localizar-se estrategicamente entre a principal região econômica do país – São Paulo – e a administração central – Brasília” (GUIMARÃES, 2010, p. 121). Agregado a isso, a industrialização concentrada no centro-sul, permitiu que a região objeto de estudo desempenhasse um papel redefinido na divisão inter-regional do trabalho. Segundo Guimarães (2010, p. 121), devido aos atributos naturais, a integração regional e nacional e todo seu potencial, o Governo Federal concretizou grandes investimentos na infraestrutura da região do Triângulo, possibilitando que ela emergisse em “uma outra fase, muito mais dinâmica, de integração produtiva e comercial com a economia paulista”. E, diríamos, desta com a economia em âmbito mundial, a partir da exportação agroindustrial. Logo, a partir da segunda metade do século XX, o Triângulo Mineiro teve sua posição estratégica consolidada, devido as circunstâncias envolvendo uma “economia litorânea que buscava o curso forçado de uma interiorização”, como indica Guimarães (2010, p. 122), somada a toda realidade e potencialidade integralizadora da região de estudo.

Portanto, a representação da região como “região vocacionada para o agronegócio”, ao mesmo tempo em que distorce o conteúdo/*geo-grafias* da região, estende para o passado e futuro a geografia dominante do presente, que passou a predominar a partir dos anos de

1960/70. É essa representação que será objeto do terceiro e último capítulo desse trabalho de conclusão de curso, em que se buscará compreender a contemporaneidade da região do Triângulo Mineiro e, nesta, até que ponto a construção simbólica de “região vocacionada para o agronegócio” se efetivou como realidade, para além dos discursos ou se há ainda há a presença de outras grafias que resistiram à imposição da geografia modernizante.

CAPÍTULO 3: A REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO NO SÉCULO XXI

Na segunda metade do século XX, a região do Triângulo passou pela modernização da sua infraestrutura com a construção de Brasília e “com a expansão e modernização dos transportes, das telecomunicações e da energia na região, identificados como elementos decisivos para sua integração produtiva e comercial” (GUIMARÃES, 2010, p. 130). Além dos transportes e da energia, foram expandidos a acumulação interna de capitais e a infraestrutura de caráter polarizador. Ou seja, houve grande aporte do Estado na região para que sua respectiva modernização se tornasse realidade, visando “sua projeção regional na divisão inter-regional do trabalho”, como bem destacou Eduardo Nunes Guimarães.

De fato, o que a perspectiva histórica demonstra é que o setor agropecuário na região teve o apoio do estado de Minas, principalmente no bojo do discurso da região vocacionada, que atribuía às condições naturais da região o discurso de favoráveis à produção agrícola de *commodities*, potencializando o setor e o fortalecimento de alimentos para o mercado interno, mas, fundamentalmente, voltados ao mercado externo. Dessa maneira, não é descabido afirmar que a montagem do complexo agroindustrial teve no estado o elemento estrutural de sua conformação.

De fato, conforme observou Guimarães (2010, p. 168), a industrialização se tornou a forma principal de retenção do excedente. Sobre os produtos produzidos, como autor demonstra, já se tratava das *commodities* contemporâneas e daquelas em processo de substituição pela inserção e/ou ampliação de outras. Nos anos de 1960/70, no processo de modernização, a pecuária, era extensiva com “predomínio da criação para o abate (corte) ou para a produção de leite” Quanto ao milho e ao arroz, estes eram os produtos agrícolas mais cultivados em toda a região, com destaque para o arroz, por fomentar as “relações econômicas urbanas e na definição das potencialidades do excedente mercantil polarizável”, enquanto o milho regional “gerou um excedente comercializável e ampliou as potencialidades do fomento de atividades de processamento e transformação desta matéria-prima”, como afirma Guimarães (2010).

Porém, já a partir da década de 1970, observamos que já no auge da chamada “revolução verde”, os principais produtos de exportação eram o café e a soja, numa clara indicação do êxito dos projetos agroindustriais modernizantes encampados pelo estado. Em relação ao café, esse proporcionou “importantes impactos nas rendas dos municípios onde melhor se adaptou” e sobre a soja, sua produção na região foi propícia devido a “proximidade e ligação direta com a economia paulista” (GUIMARÃES, 2010, p. 217). A produção agroindustrial da região e sua

“cadeia de vinculação” ajudam a demonstrar que, mineiro, o Triângulo manteve/ampliou sua relação com o estado de São Paulo, especialmente porque nesse estado se coloca o centro nacional da articulação global do complexo agroindustrial.

Já na década de 1990, houve novos incentivos à ampliação e à formação de novos complexos agroindustriais, processo que ampliou exponencialmente a presença das *commodities* na região. De fato, a agroindustrialização de produtos como a cana-de-açúcar, soja e milho na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, foi fortemente ampliada por meio da criação de programas e políticas públicas vinculadas à expansão, dentre outras, da produção da cana-de-açúcar, soja, milho café e laranja, como informa Souza (2012). Dessa maneira, já articulado à “revolução verde” e à indústria no campo, a partir da segunda metade do século XX, especialmente em suas últimas décadas, a região de estudo recebeu grandes investimentos de capitais, sendo o agronegócio modernizado e redefinido.

Foi nesse contexto que as áreas de monoculturas de soja, café e cana-de-açúcar se estenderam, gerando “exclusão social, concentração de terra e de renda além dos, e principalmente, impactos de ordens tanto sociais quanto ambientais” (SOUZA, 2012). E, nesse contexto, sob a moldura do discurso da “região vocacionada para o agronegócio”, também se construiu e se reafirmou a representação simbólica de que, afinal, a “região cumpria seu destino”.

Ao fim e ao cabo, na região se construiu, desde o século XVIII, mas especialmente a partir do século XX, as bases da modernização agroindustrial da região. No entanto, não se construiu só isso, se construiu também – secularmente, e se alimentou, como ainda hoje se alimenta – uma representação simbólica de ser este o destino “natural” da região, o cumprimento de sua vocação. Esse discurso é tão essencial ao êxito do agronegócio em terras triangulinas, quanto o foi e é a própria modernização socioespacial. Isso porque, é pelo discurso da vocação/destino sendo cumpridos que se apagam as demais possibilidades, que se restringem as variáveis do vir a ser da região da modernização urbano-agroindustrial, em que toda a região, inclusive sua urbanização, se vincula à produção agroindustrial de *commodities* para a exportação.

Ao operar dessa maneira, ampliam-se obstáculos à outras formas de produção, processo que induz/reafirma a concentração fundiária e expropriação de famílias camponesas, ao mesmo tempo em que limita, quando não impede, a agricultura familiar e camponesa. Tudo isso, sob a aura dos benefícios da modernização, expressos em toneladas de *commodities* exportadas e divisas geradas, como símbolos de uma riqueza e êxitos globais, enquanto na região se ampliam expropriações e outras precariedades.

Em contrapartida aos movimentos do agronegócio em terras triangulinas, há os movimentos socioterritoriais que lutam por acesso à terra, ou seja, reivindicam uma redistribuição do espaço com potencial produtivo somado aos direitos básicos para se viver nele. Acrescentado a isso, propõem um desenvolvimento territorial que leve em consideração também o bem social e ambiental. Esse conflito existe pelo fato de os camponeses e indígenas terem seus territórios ameaçados pela territorialização do agronegócio através da compra de terras pelo agronegócio. Logo, os movimentos socioterritoriais são as lutas das famílias, majoritariamente do campo, contra o latifúndio, o agronegócio, as desigualdades sociais e a destruição do meio ambiente. Além de camponeses e indígenas, há também os desafios e lutas das comunidades quilombolas, “povos ribeirinhos, dentre tantos outros grupos e comunidades que, por vezes, são forçados a deixar suas terras para implantações de projetos de investimentos particulares ou governamentais, que para eles não terão serventia”, como afirma Vieira (2014, p. 134).

De acordo com os dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), de 1986 a 2016, a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba contou com 88 assentamentos e 4.664 famílias assentadas numa área de 125.045 hectares. De 2000 a 2016 houve na mesorregião 96 manifestações com a participação de um total de 43.519 pessoas. De 1988 a 2016, a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foi a mesorregião com o maior número de ocupações e de famílias em ocupações do estado de Minas Gerais, com um total de 24.585 famílias num total de 258 ocupações. De acordo com Vieira (2014, p.133), “as ocupações de terras em Minas, envolvendo movimentos, indígenas e quilombolas reivindicaram em 2013, 92.000 hectares de terras”.

Os números demonstram e reafirmam que existe uma luta que, relativamente, tem alcançado alguns resultados. São uma luta e processo longos, mas é fato que novos passos dessa trajetória rumo a outras *geo-grafias* possíveis no Triângulo, atualmente alimentadas com a luta pela igualdade e bem-estar socioambiental, tem sido dado. De acordo com Vieira (2014, p. 207):

As políticas públicas de assentamentos rurais são possibilidades reais de melhorias para as famílias em diversos aspectos, contudo elas precisam ser pensadas e formuladas de maneira democrática considerando as necessidades e modos de vidas das populações a que se dirigem, de forma que tenham mais encontros que desencontros com as realidades locais, elas devem principalmente ser configuradas como políticas que exercerão funções sociais, melhorias ambientais e mudanças estruturais de longo prazo, ou seja, elas devem ser implementadas de modo que evitem o máximo possível as contradições inerentes ao capitalismo.

Dito isso, pode-se afirmar que a ferrovia Mogiana, que foi decisiva para a divisão inter-regional do trabalho na região do Triângulo Mineiro, por proporcionar a ela o aperfeiçoamento da condição de transporte, foi também o início de um longo processo de modernização do rural, que se consolidou na transição dos séculos XX para o XXI. Com ela, a rede logística e as rotas econômicas foram ampliadas e potencializadas, permitindo uma maior integração regional e nacional. E, nesse processo, traçou os fios da integração futura, que atualmente se fazem presente, que vincularia e submeteria a região, sua (re)produção e estruturação interna à cadeia global da reprodução ampliada da riqueza extraída do complexo agroindustrial.

Assim, progressivamente, a região passou a desempenhar uma importante função na cadeia global da produção agroindustrial. Da construção de Brasília – fundamental para que o Triângulo fosse modernizado pelo provimento infraestrutural necessário à moderna produção – aos dias atuais, a região permanece como objeto de constantes investimentos para modernizá-la, mantendo-a adequada ao cumprimento de sua “função-vocação”. De fato, das redes elétricas melhoradas e expandidas às grandes hidrelétricas/eixos viários, a “região do agronegócio”, “portal do cerrado” se tornou realidade efetiva para além do discurso. E, dessa maneira, estruturada pela aparelhagem fornecida pela infraestrutura dedicada a ela, a região triangulina foi amplamente beneficiada, especialmente a “capital no Triângulo”, para que este possa “capultar” para o global a parcela mais expressiva da riqueza extraída, fazendo desta uma região de destaque nacional e articulação global na cadeia do complexo agroindustrial.

A outra face da modernização da região de estudo são os grandes impactos socioambientais provocados na região, especialmente reduzindo possibilidades e viabilizando a via de reprodução sustentada pelo pensamento único, que se vincula à reprodução ampliada da riqueza destinada à acumulação cada vez mais concentrada. Embora não tenha sido objeto de estudo nesse trabalho, a utilização dos recursos hídricos, a utilização de agrotóxicos e fertilizantes, bem como a redução da vegetação para novas produções, em conjunto com outras ações, colocam a região na centralidade do necessário debate sobre desenvolvimento econômico e equilíbrio ambiental. Mas, nesse processo, em prol da acumulação concentrada, sem considerar famílias, a biodiversidade, culturas, geografias que se perdem, estas vão sendo destruídas ou impedidas de existir, reduzindo a região aos limites do discurso que a definiu baseado num pensamento único.

Assim, ao lado da geografia e história da modernização do agronegócio, também se reproduz uma história/geografia de negação de outras possibilidades, como empregos e de terras para a agricultura camponesa/familiar; de preservação ambiental e de outras culturas, ou de outras formas de existir que não voltadas à estrutura que sustenta a modernização do campo

e concentração de terras e riquezas. E que deixa como rastro, além de todo impacto social e cultural, também impactos ambientais que continuam a ocorrer desenfreadamente, sem qualquer preocupação/consideração para com as consequências sobre as gerações presentes e futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância da abordagem a respeito da temática e objeto de estudo apresentados neste trabalho se fazem valer na medida em que nos propicia um olhar mais nítido a respeito da história, economia, sociedade, ambiente e conflitos que ocorrem na mesorregião do Triângulo Mineiro, que se faz de extrema importância na conjuntura regional, nacional e internacional, contemporaneamente. Além de ligar, fisicamente, pontos nacionais relevantes, é nela que é produzida grande parte dos *commodities* do estado de Minas Gerais e do Brasil como um todo. Neste fato, há um conjunto de pontos positivos e negativos que foram percorridos ao longo deste trabalho e que possuem a capacidade de cooperar para a construção do conhecimento sobre a região, para além da ideia instituída de região vocacionada para o agronegócio.

Antes da realização e construção deste trabalho, minha percepção sobre a mesorregião do Triângulo Mineiro e tudo que a ela concerne era bastante limitada. Não compreendia a fundo as lutas pelo direito à terra, as ocupações e assentamentos, tão pouco o processo histórico de formação e desenvolvimento da região desde sua fundação. Porém já tinha em mente o poder do agronegócio na região e sua conectividade física com o restante do país que foi, afinal, o que motivou, inicialmente, a realização desse estudo.

Após a produção deste escrito, minha compreensão foi ampliada, porque vieram à tona, a partir do fio condutor da dimensão regional, um conjunto de saberes, adquiridos no curso de geografia, que mais ajudam a compreender os nexos com nacional e internacional da região objeto de estudo.

Com o avanço da globalização, principalmente após a década de 1990, o Triângulo aprofundou sua conexão com o restante do mundo de forma substancial. Apesar de já ter em conta poder de estruturação territorial/regional do agronegócio, me surpreendi com sua dimensão, poderio e impactos socioambientais sobre a região. Foi possível compreender mais a fundo as lutas que ocorrem no campo, lutas por direitos essenciais a vida humana, por mais igualdade social, por mais harmonia com a natureza e combate aos impactos destrutivos do agronegócio sobre a sociedade e o ambiente. Compreender mais sobre a origem e formação histórica triangulina foi um prazer, uma vez que me trouxe um sentimento de pertencimento pelo fato de que no Triângulo Mineiro nasci.

Os principais resultados/aprendizados deste estudo são o fato de que realmente existe um discurso no qual a mesorregião do Triângulo Mineiro possui uma vocação para o agronegócio, devido aos seus atributos físico-naturais. Mas ao compreender a formação histórica da região fica claro que a região pode ser muito mais do que isso, uma vez que já

comportou outros modos de vida/produção. Ela pode ser uma potência regional-global e ao mesmo tempo pode oferecer um bem-estar socioambiental a tudo e a todos que nela coexistem, uma vez que essa harmonia socioambiental já existiu ali, no passado. Milton Santos (2015, p.160) afirma que “devemos considerar que o mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte), mas também pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda parte)”. Ou seja, é necessário pensar e agir de acordo com as possibilidades do que pode vir a ser, e mais do que isso, pensar e agir em prol de uma vida coletiva solidária, em que o local e o global possam caminhar juntos de forma harmônica, é resgatar o equilíbrio socioambiental, é pensar e agir por uma outra globalização. Esse caminho já está sendo trilhado na região, pois os números de manifestações, ocupações e assentamentos apresentados neste estudo tem comprovado isso, uma vez que trouxeram e continuam trazendo benefícios à população da região que luta por igualdade social e acesso à terra. É um caminho longo e muito ainda há de ser feito, mas o importante é isso: a movimentação em prol do que se deseja realizar, relevando a solidariedade coletiva e o equilíbrio socioambiental.

A elaboração deste trabalho possui um teor mais teórico do que prático devido as condições excepcionais impostas pela situação de pandemia da Covid-19, que exigiram restrições a exposições sociais, impossibilitando o trabalho de campo que, originalmente, integrava a metodologia de realização de pesquisa. Diante dessa restrição metodológica, o próprio objetivo precisou ser redimensionado sendo que, no entanto, lidando com os limites impostos, procuramos manter a essência da ideia original, que era melhor compreender a reinserção global da região na reprodução capitalista contemporânea do espaço.

Ao fim desse trabalho, reafirma-se a convicção de que se faz importante estudos que tenham como objeto melhor compreender a região, pelo que nela predomina, o agronegócio, mas também a partir do que não predomina, de outras produções e modos de vida existentes na região e que tendem a ser invisibilizados pelo discurso/prática da moderna produção agroindustrial. Porque, assim, acredita-se, revelam novas e outras *geo-grafias*.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Samarane Fonseca de Souza. Da zona da Mata/MG à Região Geográfica Intermediária de Juiz De Fora/MG: continuidades de descontinuidades nas propostas de regionalização do IBGE. **Caminhos de Geografia**, v. 22, n. 80, 2021. p. 15-33.
- DATALUTA – Banco de Dados de Luta pela Terra. **Relatórios DATALUTA Minas Gerais**. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/relatoriosdatalutaminas.html>. Acesso em: set. 2021.
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 141-162.
- DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, 2005. p. 59-77.
- FECOMÉRCIO MG – Federação de Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Minas Gerais. **Estudo sobre as regiões de planejamento de Minas Gerais: Triângulo Mineiro**. Belo Horizonte: Fecomércio MG, 2018. Disponível em: <http://www.fecomerciomg.org.br/wp-content/uploads/2018/03/ProjetoEstadualTriangulo.pdf>. Acesso em: nov. 2019.
- GOIÁS, Secretaria de Educação e Cultura de. **Palácio Conde dos Arcos**. Goiânia: SEC-GO, c2021. Disponível em: <https://site.educacao.go.gov.br/palacio-conde-dos-arcos/>. Acesso em: jul. 2021.
- GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 49-76.
- GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: integração nacional e consolidação regional**. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 254.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas das representações literárias de regiões brasileiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Territorial Brasileira - DTB 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/23701-divisao-territorial-brasileira.html?=&t=downloads>. Acesso em: nov. 2019.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da População 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-popul?=&t=resultados>. Acesso em: nov. 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAM - Produção Agrícola Municipal 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>. Acesso em: jul. 2021.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 214.

LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista, Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 353.

LOURENÇO, Luiz Gustavo Bustamante. **Das fronteiras do império ao coração da república: O território do Triângulo Mineiro na transição para a formação sócio-espacial capitalista na segunda metade do século XIX**. São Paulo: USP, 2007. p. 306.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 192.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2015. p. 174.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 54, 1977. p. 82-99.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 176.

SOUZA, Luciana Carvalho e. O agronegócio no Triângulo Mineiro e o impacto das políticas públicas nas últimas décadas. **Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**, v. 5, 2012.

VIEIRA, Wesley Alves. **A territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o assentamento Emiliano Zapata no contexto das políticas públicas: (des)encontros, desafios e conquistas**. 2014. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ufu.di.2014.423>. Acesso em: set. 2021.